

Termelétrica
Viana S/A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

Termelétrica Viana S/A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Viana S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 285.145 mil, referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. A Companhia avalia anualmente seus ativos de forma a assegurar que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). A recuperação de seus ativos está suportada por estimativas, baseadas em informações geradas por estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados por premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.</p> <p>Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperação desses ativos, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Companhia opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Companhia abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a com dados obtidos de fontes externas. Efetuamos também a análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia e avaliamos a consistência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Termelétrica Viana S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		62	421	Fornecedores	12	3.157	33.781
Títulos e Valores Mobiliários	5	8.617	10.927	Dividendos propostos		1.000	1.000
Contas a receber de clientes	6	16.941	54.995	Debêntures	13	32.165	31.034
Serviços em curso		2.477	4.217	Tributos e contribuições sociais a recolher		1.496	1.340
Tributos a recuperar	7	1.451	1.452	Obrigações regulatórias	15	6.313	8.186
Estoques	8	18.991	14.307	Outros passivos		<u>2.922</u>	<u>2.983</u>
Despesas antecipadas	9	537	569			47.053	78.324
Antecipação à terceiros		<u>1.725</u>	<u>2.723</u>				
		<u>50.801</u>	<u>89.611</u>	Não circulante			
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	73.108	62.042
				Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão Pública		2.419	1.231
Não circulante				Debêntures	13	<u>126.324</u>	<u>152.378</u>
Despesas antecipadas	9	393	472			<u>201.851</u>	<u>215.651</u>
Imobilizado	10	285.145	292.243				
Intangível	11	<u>49</u>	<u>40</u>	Patrimônio líquido	16		
		<u>285.587</u>	<u>292.755</u>	Capital social		75.000	75.000
				Reserva legal		10.280	8.421
				Reserva de retenção de lucros		2.204	4.970
						<u>87.484</u>	<u>88.391</u>
		<u><u>336.388</u></u>	<u><u>382.366</u></u>			<u><u>336.388</u></u>	<u><u>382.366</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Operações continuadas			
Receita líquida	17	245.173	363.690
Custo sobre serviços prestados	18	<u>(165.690)</u>	<u>(274.450)</u>
Lucro bruto		79.483	89.240
Despesas gerais e administrativas	19	(6.162)	(5.640)
Outras receitas		<u>18</u>	<u>45</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>73.339</u>	<u>83.645</u>
Receita Financeira		1.069	2.319
Despesa Financeira		<u>(19.365)</u>	<u>(20.242)</u>
Resultado financeiro	20	(18.296)	(17.923)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>55.043</u>	<u>65.722</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	14.b	(8.185)	(13.588)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14.b	<u>(9.675)</u>	<u>(6.702)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>37.183</u></u>	<u><u>45.432</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	37.183	45.432
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>37.183</u></u>	<u><u>45.432</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Reserva de Lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	<u>85.000</u>	<u>6.149</u>	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>93.146</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(1.996)	-	(1.996)
Redução de capital	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.432	45.432
Constituição de reserva	-	2.272	4.969	(7.241)	-
Dividendos e JCP Propostos	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	(37.191)	(37.191)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>75.000</u>	<u>8.421</u>	<u>4.970</u>	<u>-</u>	<u>88.391</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(4.970)	-	(4.970)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.183	37.183
Constituição de reserva	-	1.858	2.204	(4.062)	-
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	(33.121)	(33.121)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>75.000</u>	<u>10.279</u>	<u>2.204</u>	<u>-</u>	<u>87.484</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	37.183	45.432
Ajuste		
IR e CS Diferido	9.675	6.700
Depreciação do ativo imobilizado	11.291	10.972
Depreciação do ativo intangível	19	10
Baixa de ativo imobilizado	-	7
Despesa de juros sobre debentures	12.152	13.776
Atualização Monetária de debentures	6.429	5.727
Atualização de títulos e valores mobiliários	(1.121)	(2.502)
	<u>75.628</u>	<u>80.122</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	38.054	(38.911)
Estoque	(4.684)	(546)
Tributos a recuperar	1	1.305
Outros ativos	2.850	(3.033)
Fornecedores	(30.624)	26.802
Obrigações regulatórias	(1.873)	2.048
Tributos e contribuições a recolher	7.647	13.550
Outros passivos	1.127	3
Composição de IRPJ e CSLL	(6.100)	(8.984)
Juros pagos das debentures.	(12.216)	(13.953)
	<u>69.810</u>	<u>58.403</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(286.068)	(371.140)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	289.498	394.199
Aquisições de ativo intangível	(28)	(50)
Aquisições de ativo imobilizado	(4.193)	(1.590)
	<u>(791)</u>	<u>21.419</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(10.000)
Dividendos e JCP pagos	(38.090)	(39.187)
Amortização de debentures.	(31.288)	(30.234)
	<u>(69.378)</u>	<u>(79.421)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(359)</u>	<u>401</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>421</u>	<u>20</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>62</u>	<u>421</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Sociedade ") é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de uma nova linha de conexão na tensão de 345 kV com 1 km de extensão, construída com a finalidade de conectar a Usina à subestação de Furnas, em Viana.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Sociedade é o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e as normas emitidas pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 08 de março de 2019.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 *Classificação e mensuração de ativos financeiros*

Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.4.3 *Mensurados ao custo amortizado*

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 *Valor justo*

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A sociedade adota para a gestão dos ativos financeiros o modelo de Valor por Meio Resultado (VJR) pois, o objetivo dos ativos financeiros é somente a preservação da moeda notadamente com o pagamento de principal e juros. A administração fez uma análise de Ratings dos ativos financeiros praticados e concluiu não haver risco na recuperação dos mesmos. Em relação ao contas a receber, considerando a inexistência de histórico de inadimplência e pelas amortizações realizadas em curto prazo, a adoção da provisão para perda não se faz necessário. Dada a

interpretação dos efeitos dos CPC 48/IFRS 9 sobre os registros e controles contábeis, seguindo a definição da nova norma, a administração entende que o praticado pela sociedade, não é base para fins de mensuração ou reconhecimento de impairment.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A sociedade avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado é sobre as penalidades por indisponibilidade (ADOMP) que representam ressarcimento aos clientes, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15, demonstradas nas linhas da demonstração de resultado no exercício de 2018. A adequação à nova norma não impactou o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Conforme apresentado	Ajuste	Valores sem o efeito do CPC 47/IFRS15
Receita de Fornecimento		119.107	-	119.107
Receita Variável		145.085	-	145.085
(-) Anulação Valor de de Fornecimento		(205)	-	(205)
Outras Receitas		37.454	-	37.454
(-) Compra de energia elétrica (a)		(25.675)	25.675	-
(-) Tributos sobre a receita		(27.885)	-	(27.885)
(-) Encargos do consumidor		(2.708)	-	(2.708)
Receita líquida	17	245.173	25.675	270.848
Pessoal		8.713	-	8.713
Materiais (a)		124.556	-	124.556
Serviços de terceiros		9.926	-	9.926
Depreciação		11.167	-	11.167
Compra de energia (a)		8.331	(25.675)	34.006
Outras despesas		2.997	-	2.997
Custo sobre serviços prestados	18	165.690	(25.675)	191.365

- CPC 06(R2) / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos) - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A sociedade analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do IFRS 16 nos registros, e considerando os contratos e a operação realizadas no exercício de 2018, não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Sociedade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo deste contrato.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debêntures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

2019	32.165
2020	31.581
2021	31.581
2022	31.581
2023	31.581
	<hr/>
	158.489
	<hr/> <hr/>

c. Risco de taxa de juros

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores*
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- (ii) *Debêntures*
Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.
- (iii) *Instrumentos financeiros derivativos*
A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados:

	2018	2017
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>248.904</u>	<u>293.976</u>
Total do patrimônio líquido	<u>87.484</u>	<u>88.390</u>
Índice de alavancagem financeira	2,85	3,33

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2018			
	Recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	62	-	62
Titulos e Valores Mobiliários		8.617	8.617
Clientes	<u>16.941</u>		<u>16.941</u>
	<u>17.003</u>	<u>8.617</u>	<u>25.620</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		3.157	3.157
Debêntures		<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
		<u>161.646</u>	<u>161.646</u>
31/12/2017			
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	421		421
Titulos e Valores Mobiliários		10.927	10.927
Clientes	<u>54.995</u>		<u>54.995</u>
	<u>55.416</u>	<u>10.927</u>	<u>66.343</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		33.781	33.781
Debêntures		<u>183.412</u>	<u>183.412</u>
		<u>217.193</u>	<u>217.193</u>

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	- 8.617	4% 381	6,42% 553	8,42% 726
IPCA	Debêntures	- 158.489	1,75% 2774	3,75% 5.943	5,75% 9.113

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários (*)	<u>8.617</u>	<u>10.927</u>
	<u>8.617</u>	<u>10.927</u>

(*) As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidade	14.469	16.023
Fornecimento de energia gerada (a)	234	26.545
Receita de venda no mercado de curto prazo	2.238	12.427
	16.941	54.995

- (a) Para o fornecimento de energia a sociedade depende de despachos de autorização, e no ano de 2018, os pedidos foram reduzidos, refletindo no contas a receber.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	35	-
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	181	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	435	1.414
Outros	800	38
	1.451	1.452

8 Estoque

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de estoques da Sociedade é composto em sua maioria de óleo adquirido da BR Distribuidora. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2018	31/12/2017
Óleo OCB1	12.043	8.036
Óleo diesel	32	80
Lubrificantes	415	405
Almoxarifado (sobressalentes)	6.501	5.786
	18.991	14.307

9 Despesas antecipadas

Referem-se à contratação de seguro no valor de R\$ 421 para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos da mesma e, no valor de R\$ 509 custos sobre a emissão das debêntures.

10 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.300	17.049	270.242	672	202	9.203	301.668
Aquisição	-	170	457	24	-	939	1.590
Transferencia	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa de bens	-	-	-	(4)	-	(2)	(6)
Depreciação	-	(659)	(10.259)	(37)	(54)	-	(11.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.300	16.560	260.440	656	148	10.139	292.243
Aquisição	-	14	1.387	25	80	2.687	4.193
Transferencia	-	7.263	3.048	(172)	-	(10.139)	-
Baixa de bens	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(863)	(10.369)	(18)	(41)	-	(11.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.300	22.974	254.506	491	187	2.687	285.145
VOC (valor origibnal)	4.300	29.393	341.913	644	375	2.687	379.312
DAC (Depreciação acumulada)	-	(6.419)	(87.407)	(153)	(188)	-	(94.167)
	4.300	22.974	254.506	491	187	2.687	285.145

11 Intangível

O intangível é composto de software e licenças e a taxa utilizada para a amortização é de 20%.

	Software/ licenças
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-
Aquisição	50
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50
Aquisição	28
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>78</u>
Amortização acumulada	
do em 01 de janeiro de 2017	-
Adição	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(10)
Adição	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(29)</u>
	<u>49</u>

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Comercializadora de energia	314	3.523
Combustíveis - OCB1 (a)	-	27.020
Materiais	1.115	1.370
Outros	1.728	1.868
	<u>3.157</u>	<u>33.781</u>

- (a) A redução de operação pela sociedade no exercício de 2018, refletiu na baixa de consumo de combustível, de forma que em 31 de dezembro de 2018, não havia liquidações a serem realizadas ao único fornecedor do combustível OCB1 que é a Petrobras Distribuido S/A..

13 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	39.646
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	39.646
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	39.646
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	39.551
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>158.489</u>

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	158.095	396	<u>158.489</u>
Circulante				<u>32.165</u>
Não circulante				<u><u>126.324</u></u>

Composição da dívida de longo prazo por vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	30.476
2020	31.581	30.476
2021	31.581	30.476
2022	31.581	30.476
2023	<u>31.581</u>	<u>30.474</u>
	<u><u>126.324</u></u>	<u><u>152.378</u></u>

A movimentação das debêntures para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	183.412	208.097
Aquisição		
Atualização - IPCA	6.429	5.727
Juros capitalizados	<u>12.152</u>	<u>13.776</u>
Baixa		
Amortização do principal	(31.288)	(30.234)
Juros	<u>(12.216)</u>	<u>(13.954)</u>
	<u><u>158.489</u></u>	<u><u>183.412</u></u>

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2018.

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	-	1.742
Bases negativas de contribuição social	-	627
	<u>-</u>	<u>2.369</u>
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	73.108	64.411
	<u>73.108</u>	<u>64.411</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>73.108</u>	<u>62.042</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.243	65.722
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
	<u>17.423</u>	<u>22.345</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.423	22.345
Bônus e gratificações	305	547
Doações e patrocínios	40	109
Outras adições e exclusões	92	(2.711)
	<u>17.860</u>	<u>20.290</u>
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	8.185	13.588
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	9.675	6.702
	<u>17.860</u>	<u>20.290</u>

15 Obrigações regulatórias

	31/12/2018	31/12/2017
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	6.275	8.148
Taxa de fiscalização	38	38
	<u>6.313</u>	<u>8.186</u>

16 Patrimônio Líquido

O capital social da companhia em 2018 e 2017 é de R\$ 75.000 integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE), representado por 140.318 ações ordinárias nominativas.

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercício 2018 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

Reunião do Conselho de Administração	Descrição	Pagamento	Valor
71º RCA de 29 de dezembro de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/01/2018	1.000
73º RCA de 12 de março de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/04/2018	1.000
75º RCA de 30 de abril de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/05/2018	800
76º RCA de 29 de junho de 2018	Juros sobre o capital próprio	31/07/2018	1.000
			<u>3.800</u>
71º RCA de 29 de dezembro de 2018	Dividendos do exercício de 2017	30/04/2018	4.969
73º RCA de 12 de março de 2018	Dividendos intercalares	30/04/2018	6.692
77ª RCA de 19 de julho de 2018	Dividendos intercalares	31/07/2018	6.629
79ª RCA de 17 de outubro de 2018	Dividendos intercalares	30/10/2018	10.000
80ª RCA de 13 de dezembro de 2018	Dividendos intercalares	28/12/2018	6.000
			<u>29.321</u>
			<u>38.090</u>

17 Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidade	119.107	115.423
Fornecimento de energia gerada	145.085	241.553
Receita de Venda no mercado de Curto parzo	37.454	47.799
Anulação valor de fornecimento	(205)	-
Impostos sobre serviços	(27.885)	(37.446)
Encargos do Consumidor	(2.708)	(3.639)
Compra de energia	<u>(25.675)</u>	<u>-</u>
	<u><u>245.173</u></u>	<u><u>363.690</u></u>

18 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(8.713)	(8.682)
Materiais (a)	(124.556)	(199.567)
Serviços de terceiros	(9.926)	(11.199)
Depreciação	(11.167)	(10.886)
Compra de energia (b)	(8.331)	(39.714)
Outras despesas	<u>(2.997)</u>	<u>(4.402)</u>
	<u><u>(165.690)</u></u>	<u><u>(274.450)</u></u>

- (a) Refere-se a redução principalmente ao custo de óleo OCB1 (HFO), 98% do total da conta. Óleo utilizado para fazer a combustão dos motores na geração de energia. Esse efeito foi provocado pela redução de geração de energia no ano de 2018.
- (b) Efeito da adoção em 01 de janeiro de 2018 do do CPC 47 (reconhecimento da receita) o qual estabelece novo critério para a determinação de preço da transação do produto, e para a sociedade a classificação da penalidade por redução de garantia física foi classificada como redutora da receita líquida da operação.

19 Despesas Gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(2.414)	(2.368)
Materiais	(97)	(100)
Serviços de terceiros	(2.730)	(2.482)
Depreciação	(98)	(96)
Outras despesas	<u>(823)</u>	<u>(594)</u>
	<u><u>(6.162)</u></u>	<u><u>(5.640)</u></u>

20 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(12.152)	(13.776)
Atualização Monetária de debentures	(6.429)	(5.727)
Comissão de fiança	(98)	(98)
Outras	<u>(686)</u>	<u>(641)</u>
	<u><u>(19.365)</u></u>	<u><u>(20.242)</u></u>

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	1.069	2.541
Outras	-	(222)
	1.069	2.319
	(18.296)	(17.923)

21 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2018, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 974. No exercício de 2017 o total foi de R\$ 734.

22 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo - principalmente na esfera ambiental.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apresentava causas com previsão de perda possíveis, com a natureza trabalhista, no total de R\$ 546, no qual destaca-se:

- a. Ações movidas por ex- empregados da sociedade, com pedido de reintegração nos quadros, reconhecimento de unicidade contratual, danos morais e pagamentos dos salários e demais consectários desde a dispensa até a reintegração requerida; reconhecimento de vínculo empregatício e retificação da data de admissão em CTPS com os pagamentos de renumerações de salários e seus reflexos, adicional de sobreaviso e de gratificação, danos morais, multa do Art. 467 da CLT e, também ação por ex-empregado da PGM Service, empresas terceirizada (responsabilidade solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outros. Em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada provisão para contingências decorrentes dessas ações.

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 274.000(Obras civis R\$ 40.000, unidades geradoras R\$ 220.000, Transformadores R\$ 10.000 e Matéria Prima R\$ 4.000), para responsabilidade civil dos administradores e diretores R\$ 20.000 milhões, responsabilidade civil geral R\$ 6.000, riscos ambientais R\$ 10.000 e o seguro dos veículos R\$ 100.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 092.850/o-0